



A ESCOLA DO AR: UM OLHAR SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA EM SERGIPE, ATRAVÉS DO RÁDIO, NAS DÉCADAS DE 60 e 70.

Jose Carlos Santos

Doutorando em educação pela PUCRS/UNIT

carlosako@gmail.com

Resumo:

Neste artigo lançamos um olhar sobre a importância do rádio no cenário educacional brasileiro, no tocante ao ensino a distância, a rádio educativa no Brasil foi um dos principais veículos de combate ao analfabetismo. O Projeto Minerva foi um projeto de abrangência nacional criado pelo governo na década de setenta. Sua estrutura abrangia todo o território nacional transmitindo em cadeia um programa de educação a distância, para preparar alunos adultos para o exame supletivo. Um programa com essa dimensão, para a época, demandava grande investimento e estrutura técnica. Apresentamos ainda, algumas contribuições para educação no Brasil nas décadas de sessenta e setenta, além de um breve relato sobre surgimento da rádio educativa no Brasil sob a ótica de Edgar Roquette-Pinto.

Palavras Chave: Projeto Minerva. MEB. Ensino à distância. Rádio. Radiodifusão.

Abstract

In this article we'll be looking on the importance of radio in the Brazilian educational scenario, in relation to distance learning, the educational radio in Brazil was one of the main vehicles to combat illiteracy. The Minerva Project was a project of national government created in the seventies. Its structure encompassed nationwide chain broadcasting a program of distance education, to prepare adult learners for the GED exam. A program of this size, for the time, demanded great investment and technical structure. We also present some contributions to education in Brazil in the sixties and seventies, and a brief account of the emergence of educational radio in Brazil from the perspective of Edgar Roquette-Pinto.

Keywords: Project Minerva. MEB. Distance learning. Radio. Broadcasting

O ensino a distância e sua contribuição

Este texto faz parte de uma pesquisa parcial, para doutoramento pela PUCRS, sobre o Projeto Minerva em Sergipe. Contudo, é importante ponderar que em se tratando de um projeto de educação a distância, apresenta muitas particularidades, numa época em que o analfabetismo no Brasil era considerável. A

educação a distância não é uma “invenção” recente, sobretudo se levarmos em consideração que a educação se dá nas relações empíricas, ainda que consideremos essa educação como formal e sistematizada, mesmo assim, não poderíamos associar a educação a distâncias à criação da escrita para referenciar seu surgimento. Entretanto, acreditando que a educação se dá em todo espaço, conforme as experiências humanas, e neste contexto, não seria apenas, educação formal nem sistematizada pelas escolas. Assim, podemos inferir que a educação acontece em toda parte. Por este motivo, farei a opção pelo uso do termo ensino a distância entendendo que fica mais adequado ao assunto tratado neste texto.

Sabemos que existem vários autores que apresentam conceitos sobre o os termos Educação a distância e Ensino a Distância, não obstante suas razões, nós não discutiremos esta questão neste artigo, pois não é nosso propósito e tampouco o espaço adequado. Sendo a nossa opção utilizar o termo Ensino a Distância nos bastaremos a este conceito. Belloni (2006) traz algumas referências de outros autores sobre esse tema, como é o caso desse trecho da lei francesa de 1971. “Ensino a distância é o ensino que não implica a presença física do professor indicado para ministrá-lo no lugar onde é recebido, ou no qual o professor está presente apenas em certas ocasiões ou para determinadas tarefas” (BELLONI, 2006 p.25). Esta referência à lei francesa justifica bem a definição de Ensino a Distância na perspectiva da educação sistematizada como é o caso da nossa abordagem.

Devemos compreender que o Ensino a distância, remonta décadas. O primeiro curso nesta modalidade funcionou por correspondência, segundo (Castro, 2007) a primeira experiência de ensino a distância no Brasil surge no fim do século XIX. “Com a realização de um curso de datilografia oferecido por meio de um anúncio de jornal” (CASTRO, 2007 p.21). Sabemos que as tecnologias são necessárias ao processo de educação a distância e a mais utilizada, neste caso, é o livro que consegue reunir um cabedal de informações selecionadas e sistematizadas para alcançar o objetivo esperado, não obstante as demais tecnologias, virem complementar o processo. O livro impresso, embora não tenha sido facilmente aceito pela sociedade da época, transformou-se na tecnologia mais usada nos processos de transmissão de informações e ainda se mostra eficiente para o esta modalidade.

Outras tecnologias também são usadas como o rádio e a televisão que ocupam um lugar de destaque nesta modalidade de ensino. O rádio embora ocupe um lugar de coadjuvante na sociedade, já foi o ator principal da diversão e da informação e surge no Brasil como veículo educativo. Essa tecnologia, a exemplo do livro, também sofreu resistência da sociedade quando do seu surgimento, mas galgou um lugar de destaque na vida social.

O poder que tem o rádio de envolver as pessoas em profundidade se manifesta no uso que os adolescentes fazem do aparelho de rádio. Durante seus trabalhos de casa, bem como as pessoas que levam consigo seus transistores, que lhes propiciam um mundo particular próprio em meio às multidões. (MCLUHAN, 2011 p.335)

Para nossos dias, essa frase de Mcluhan (2011) parece estranha às novas gerações, pois não é comum ver as pessoas portarem rádio nas ruas; o que vemos são os aparelhos de MP3 e outros recursos como celular. Entretanto na década de setenta e oitenta era comum encontrar jovens com seus rádios portáteis na mão ouvindo a programação e interagindo com as rádios, enviando cartas para solicitar músicas e oferecer aos seus pares, numa atitude romântica. Ao jovens mandavam suas cartas para o locutor pedindo para oferecer músicas para seus “paqueras”, solicitavam tradução das músicas do inglês para o português e os locutores falavam seus nomes no ar. Essa atitude era comum naquele momento. Portar um rádio naquela época era um costume equivalente a portar um celular atualmente. Vamos observar como é comum, no surgimento de uma tecnologia, a aceitação dos jovens e, sobretudo, os adolescentes manifestarem uma curiosidade que lhes permite facilidade de manuseio e eficiência prática dos recursos que estejam embarcados naquela tecnologia. Quando Mcluhan (2011) cita o poder do rádio trazendo os adolescentes para a pauta principal oferece uma visão de longevidade daquela tecnologia em questão. O

rádio, embora não ocupe o primeiro lugar no campo do entretecimento midiático, já foi pioneiro absoluto neste quesito e ainda ocupa um lugar de destaque e confiança na sociedade. Sabemos que o rádio cedeu seu lugar na estante para o aparelho de televisão, que além do som também transmite imagens e cores. Entretanto as imagens que são transmitidas pela televisão não substituem as imagens transmitidas pelo rádio, visto que também exerce a função de transmitir imagens, através da música, da notícia, dos sons de efeito nos comerciais e das interpretações dos locutores. As imagens que, a televisão transmite, têm o tamanho e dimensões da sua tela, já as imagens que o rádio transmite, têm o tamanho da imaginação de quem ouve.

O rádio e a educação: antecedentes históricos

Para tratar da educação através do rádio no Brasil é imprescindível fazer referência ao pioneirismo de Edgar Roquette-Pinto[1].

Conta-nos, Ruy[2] Castro em um artigo publicado em um artigo publicado no site da SOAMEC – Sociedade dos Amigos ouvintes da rádio MEC – que em 1923, ouvia-se falar, com entusiasmo, da nova invenção. Era uma forma de transmitir sons à distância, num misto de telégrafo com telefone, mas até então ninguém escutara uma transmissão rádio. Acreditava-se que o rádio era uma coisa da alta ciência, cheia de aparelhos complicados. Num entanto, ainda segundo Ruy castro, a primeira experiência para implementar uma rádio, aconteceu na residência de Edgar Roquette-Pinto, na Rua Vila Rica, em Botafogo, onde nascia o projeto de um homem que foi pioneiro em perceber o rádio como um valioso instrumento para educação das massas. Ao contrário do que se esperava o protótipo do radio era uma geringonça armada entre o quintal de sua casa, a sala e a torneira da pia. Ali estava o embrião do que viria a ser num futuro próximo, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 20 de abril de 1923, com programação educativa e cultural. A aludida programação “espelhava-se” na educação escolarizada, transmitia lições, palestras, aulas de Português, Literaturas Francesa e Inglesa, História do Brasil, Geografias Naturais, Física, Química e cursos práticos sobre Rádio, Telegrafia, Telefonia e prática de Silvicultura. Além desses conhecimentos, as emissoras irradiavam concertos, espetáculos teatrais, temporadas líricas e programas infantis. Também transmitia conselhos de higiene, rádiodramas e noticiários. Roquete Pinto costumava dizer que o rádio era a escola dos pobres, entretanto com a abertura para a concessão de direito para exploração da rádio comercial, não teve condição de continuar coa a sua rádio educativa e resolveu doar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para o ministério da educação e cultura.

Em 01 de janeiro de 1932, o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto-lei 21.111 que autorizava a veiculação de propaganda comercial pelas emissoras de rádio. Roquette-Pinto não concordava com a medida, pois achava que o rádio deveria ter função eminentemente educativa. Entretanto, ao passo que o rádio popularizou-se e seus concorrentes passam a usar o rádio comercialmente, Roquete-Pinto não teve mais como continuar com a rádio sem mudar a sua estrutura educativa e resolveu doá-la ao governo federal, chamando o então ministro da educação, Gustavo Capanema, e impondo-lhe uma única exigência: que ela continuasse tendo o caráter exclusivamente cultural e educativo. A doação foi oficializada no dia 7 de setembro de 1936. Assim, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro deixava de existir e nascia a Rádio Ministério da Educação.

Segundo Castro (2007), entre os anos de 1957 a 1963 surgem os cursos básicos do Sistema de Rádio Educativa nacional (SIREN). Entretanto, segundo Santos, (2004) uma das primeiras experiências de educação escolarizada através do rádio no Brasil surgiu a partir das escolas radiofônicas, idealizadas pelo arcebispo de Aracaju Dom José Vicente Távora. No II Encontro dos Bispos do Nordeste, em 1958, na cidade de Natal/RN, Dom Távora, recém-arcebispo empossado na Arquidiocese de Aracaju e assistente nacional da Juventude Operária Católica (JOC), apresentou um projeto que encaminhava o pleito para a concessão de uma emissora de rádio para a difusão de programas educativos.

Assim nasceu o Sistema de Rádio educativo de Sergipe (SIRESE), que tomou como base a experiência vivida pela Arquidiocese de Natal, através do programa de alfabetização pelo rádio do Serviço de

Assistência Rural (SAR), iniciado em 1958, por Dom Eugênio Sales.

Em Sergipe, Dom Távora criou a ZYM-22, Rádio Cultura de Sergipe, com 10 kws na antena, tendo a especial missão de transmitir para a população rural do estado, mensagens educativas. Mas, para colocar o programa em funcionamento foi necessário criar um aparato que desse suporte e condições técnicas satisfatórias. Para atender a esse propósito, montou-se um projeto envolvendo professores preparados para atrair alunos com aula à distância; Monitores e supervisores com conhecimento das disciplinas transmitidas e ainda um número razoável de pessoal de apoio que compreendia do técnico de rádio ao datilógrafo. A estrutura açambarcava um rádio emissor, rádios receptores, um centro executivo onde eram produzidos os materiais didáticos e pedagógicos, um centro de treinamento com refeitório, alojamento e sala de projeção.

Dom Távora julgava imprescindível a participação de leigos nos trabalhos da Igreja, o que resultou na participação de estudantes universitários e secundaristas, assim como militantes leigos. A educação era vista como parte imprescindível à construção de uma sociedade mais igualitária, de modo a melhorar as condições de vida das massas do campo.

Viabilizada a estrutura, firmaram-se convênios com vários ministérios para arrecadação de verbas além da dotação própria (Decreto-lei nº 52.267). O projeto ganha visibilidade em todo o Brasil, assim foi possível pensar em estender o trabalho por todo território nacional, a partir deste projeto. Com isso, em 1961, fundava-se o Movimento de Educação de Base – MEB.

Entre 1959 e 1964, as escolas radiofônicas passaram por algumas mudanças e isso foi alterando a proposta inicial da educação de base. Os fatores que levaram a criação do SIRESE em 1959 terminaram por confundir-se com os objetivos que vieram a induzir a criação do MEB. Segundo Barros (1996), as altas taxas de analfabetismo na população adulta apontavam a necessidade de disseminação de conteúdos escolares básicos e requeria a locação e formação de pessoal para o trabalho junto às comunidades.

No dia 17 de junho de 1963, o Presidente João Goulart assinou um novo decreto (nº 52.264) ampliando a área de abrangência do Movimento, que passou a marcar presença em todo o território nacional através do sistema de Radio - Educativo.

Em todas as cidades participantes deste projeto, foram criadas as equipes locais, das quais participavam supervisores e monitores. Depois de concluídos os estudos de área, realizado o treinamento e a seleção dos monitores e instaladas as escolas radiofônicas, cabia a equipe local a supervisão sistemática junto a cada unidade que compunham o sistema.

Em 1963, foram criados mais dois sistemas de rádio educativo em Sergipe, nas cidades de Propriá e Estância. Assim, o trabalho foi descentralizado, ampliando as possibilidades de melhorar as condições de assistência às escolas, pois as equipes estavam mais próximas e tinham as condições necessárias para assistir as escolas e rádio-postos. As aulas continuavam a ser produzidas pela equipe estadual em Aracaju. O sistema era composto de uma equipe de emissão, equipe de recepção organizada, alunos e monitores. Estas equipes desenvolviam um trabalho conjunto onde cada grupo ficava responsável por uma tarefa.

Era atribuição do monitor, instalar o rádio na escola, matricular os alunos, tratar da arrumação e higiene da escola, além de estar presente em todas as aulas, acompanhando o interesse e o rendimento escolar dos alunos, assim como registrar a frequência através de chamada diária e promover debates na classe sobre os temas apresentados durante as aulas.

Os supervisores, que geralmente eram pedagogos, professores, assistentes sociais ou estudantes de ensino superior, prestavam assistência direta às escolas-radiofônicas, orientando os monitores e as comunidades através de reuniões e dos programas radiofônicos que iam ao ar aos sábados.

O país passava por transformações e as aulas sofriam a influencia da politização pregada naquele momento, os temas trabalhados pelas escolas radiofônicas são correlatos as “palavras geradoras”

desenvolvidas pelo professor Paulo Freire. Não obstante a preparação e o planejamento havia bastante imprevisto durante as transmissões, pois as aulas eram transmitidas ao vivo, entretanto, em circunstâncias especiais, como período de treinamento ou supervisão nas escolas do estado, ou quaisquer eventos fora do corriqueiro, as aulas eram transmitidas através de programas gravados.

Na produção das cartilhas do MEB/SE esteve contemplada a preocupação com as possibilidades de ligações com situações do cotidiano das populações rurais. Com isso, o aspecto educativo trabalhista e organizacional do homem ganhou um aspecto político, o que pode ser visto em uma cartilha que foi intitulada **Viver é Lutar**, que teve veiculação nacional e ficou bastante conhecida. O estado brasileiro passava naquele momento por grande tensão política e o MEB foi além das questões puramente escolarizadas e buscou desenvolver nas comunidades a consciência política e a valorização das culturas locais. Com o propósito de ir além da simples escolarização alfabetizada, criou a Animação Popular (ANPO) que interagiu com o público desenvolvendo atividades em praças públicas buscando se aproximar mais ainda das comunidades com o objetivo de politização. Em Sergipe, a Animação Popular recebeu o nome de “Caravanas Populares” e também diferiam na sua essência, pois cumpriam um papel político bem arraigado conclamando o estado de direitos. Para conseguir chegar às comunidades, as Caravanas promoviam várias atividades lúdicas como encenações de teatro e cantorias. Em seguida discutiam com as autoridades locais a viabilidade de instalação das escolas radiofônicas naquele município.

Com a instauração do Regime Militar, em 1964, o trabalho do MEB sofreria séria descontinuidade. O governo militar viu as aulas ações do MEB, como ameaça a segurança nacional e determinou a apreensão, ainda na gráfica, das cartilhas usadas para as aulas, sob alegação de que se tratava de material subversivo. Mas a represália não parava por aí, com a deposição do Presidente João Goulart, os funcionários públicos cedidos em convênios pelos chefes executivos e postos à disposição do MEB/Sergipe foram convidados a voltar para suas repartições de origem causando um desfalque e um grande golpe no Movimento de Educação de base. Dom Távora passou a ser fortemente vigiado e teve que prestar vários depoimentos a Polícia Federal e ao Exército; as sedes do MEB sofreram seguidas invasões e muitos de seus supervisores foram presos ou perseguidos.

Nas décadas de 60 e 70, o analfabetismo era um problema acentuado no Brasil, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE, na década de 60 o número de analfabetos no Brasil chega muito próximo dos 40% sendo a taxa real de 39,6%. Na década de 70 esse número cai para 33,6%. Poderíamos então atribuir crédito às campanhas de educação desenvolvidas pela igreja Poderíamos atribuir crédito ao rádio, veículo utilizado para promover o ensino a distância Certamente não encontraremos a verdade apenas no senso demográfico, é preciso uma pesquisa aprofundada para verificar como se deu processo de educação formal naquela época, entretanto se havia deficiência no processo, e tendo o rádio implementado campanhas tão veementes no combate ao analfabetismo, defenderei a hipótese de que o rádio e os programas desenvolvidos pela igreja tenham sido responsáveis pela redução do analfabetismo naquele momento. Sobretudo, no Nordeste que apresentou uma realidade diferente do resto do País onde mais da metade da população era de analfabetos, Desta forma, o ensino de primeiro e segundo graus era uma ostentação para poucos, pois 53,8% do total da população era de analfabetos na década de setenta, destes 52,9% eram homens e 54,7% eram mulheres como pode ser comprovado na tabela do IBGE em anexo. O estado de Sergipe fica com parcela de 53,5% dos analfabetos dividindo o mesmo percentual com o Rio Grande do Norte, os estados do Maranhão e Piauí tinham o percentual de 59,8% enquanto Ceará e Paraíba apresentam o índice de 54,8%, já o estado de Pernambuco apresentava o menor índice de 49,7% seguido da Bahia com 50,8%. O estado que apresentou maior índice foi o Alagoas com 61,1%. Temos ciência que muitas variáveis podem contribuir para que o nordeste apresente um quadro tão grave no que se refere à educação. As questões geográficas dominam o leque de possibilidades que vão desde as dimensões às condições climáticas, entretanto, embora possam ser causa, não pode ser justificativa para índices tão altos. Observem na tabela a seguir o senso demográfico do IBGE de 1940 a 2010.

Na década de setenta, para resolver o problema, do analfabetismo e da baixa escolaridade, o estado

brasileiro resolveu lançar mão da ideia de utilizar os serviços do rádio e da televisão na área da educação como possibilidades de diminuir a disparidade entre analfabetos e alfabetizados, lançando com isso, um projeto parecido com o desenvolvido, pelo MEB- Movimento de Educação de Base, criando o MOBRAL para alfabetizar as pessoas e para conclusão do chamado primeiro grau, criou o Projeto Minerva que era veiculado pelo rádio. Eram com esses dois projetos que o governo pretendia dirimir o problema do analfabetismo no Brasil.

Assim, da exposição de motivos que precedeu o decreto 25.239, de 26 de setembro de 1969, o governo criou estrutura técnica e administrativa para a elaboração de um sistema avançado de tecnologias educacionais, que já constatava a universalização de novos métodos pedagógicos nas escolas brasileiras, pois deveria constituir ponto importante na reformulação do ensino, onde adentrou a utilização do rádio, da televisão, do cinema e das modernas técnicas de comunicação. Isto porque a intenção era constituir elemento integrante do sistema educacional, limitando-se apenas as condicionantes existentes nesta área. Portanto, criou-se, pelo aludido decreto, uma comissão interministerial destinada a fixar as diretrizes gerais de uma política integrada de aplicação de novas tecnologias educacionais no País.

O art. 16, do decreto-lei nº 236, regulamentado pela portaria 408, de 1970 determinou a obrigatoriedade, em favor da educação, da utilização de horários das empresas comerciais de rádio e televisão. (Portaria Interministerial nº 408, que compreendia os ministérios da educação, da Indústria e Comércio e das Comunicações). Assim, "Ficou estabelecido o tempo obrigatório e gratuito, nessa primeira fase, de cinco horas semanais, distribuídas em períodos de 30 minutos diários – das segundas às sextas-feiras; e de 75 minutos aos sábados e domingos [...]" (NISKIER, 1996 p.451) para a transmissão do Projeto Minerva em cadeia nacional.

No ano de 1970, presidente Médici efetiva o funcionamento do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, objetivava reduzir o analfabetismo no país. Era a tentativa do governo de substituir os movimentos em prol da educação, desenvolvidos na década de sessenta que embora tivessem sortido resultados positivos foram extintos pelo Estado Brasileiro. Para a implantação desse movimento o governo contou com verbas das loterias esportivas.

O Projeto Minerva: um projeto nacional de educação a distância na década de 70.

Em 26 de setembro de 1969, o Decreto nº. 25.239 criou a estrutura administrativa para a implementação do Projeto Minerva em nível nacional, com a finalidade de "oferecer formação supletiva de 1º grau através do rádio, cabendo ao Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) produzir o programa." Naquele ano, o Brasil tinha 17,9 milhões de analfabetos e, por isso, o presidente Médici lançou dois projetos de educação: O MOBRAL para tratar da alfabetização de adultos e o Projeto Minerva, com educação a distância, a fim de proporcionar a formação escolar em nível das quatro últimas séries do Primeiro Grau.

Em Sergipe, o projeto durou até o ano 1982, quando passou para a responsabilidade da FUNTEVÊ[3] - Fundação Centro Brasileiro de Televisão. O apogeu do Projeto Minerva se deu no ano de 1980, quando o número de alunos alcançou o pico de um milhão e meio de inscritos, em 31 mil postos com 1.200 rádios.

O projeto tinha, além dos programas que iam ao ar através do rádio, um forte suporte pedagógico distribuído nas regiões, estados e municípios. A estrutura também contava com os chamados 'fascículos' que eram distribuídos com os alunos matriculados e também eram vendidos nas bancas de jornal para quaisquer pessoas interessadas.

Destinado à população carente, o projeto não se limitava às aulas pelo rádio. Além delas, se pensou numa espécie agente que promovesse o esclarecimento das dúvidas, ficando então estabelecido que, quando possível, a comunidade assistida contaria com um monitor que deveria, após a transmissão do programa, dirimir as dúvidas e orientar os inscritos. Essa medida foi aplicada nos locais onde não havia nenhum prédio da rede oficial de ensino, de forma a substituir os mestres.

Nos estados e/ou municípios havia os coordenadores e os monitores que eram responsáveis por executar o aparato pedagógico, tomar conta dos rádiospostos e ainda promover uma avaliação do aprendizado. O projeto era levado aos alunos de três formas distintas: Recepção Isolada, Recepção Controlada, e Recepção Organizada.

Na Recepção Isolada, os alunos participavam apenas ouvindo o programa no rádio. Na Recepção Controlada, eles ouviam os programas e, semanal ou quinzenalmente, a depender do estado, se encontravam com os monitores para dirimir suas dúvidas. A Recepção Organizada acontecia diariamente nos rádiospostos, onde os monitores estavam à disposição dos alunos, no expediente noturno, sempre após as transmissões, para orientá-los com a utilização dos fascículos.

Data de 1973 a aprovação pelo Conselho Federal de Educação do Ante-projeto do Curso Supletivo de 1º grau – 2ª fase que se iniciaria em agosto daquele ano, tendo sua conclusão em dezembro do ano seguinte. Em 1974 haviam inscritos no curso supletivo de primeiro grau, segunda fase (5ª à 8ª série) cerca de 80.534, alunos.

Esse curso, depois de sofrer algumas modificações, foi relançado em abril de 1975 e contou com cerca de 150 mil alunos, distribuídos pela maioria dos estados e territórios. Compunha-se de três etapas distintas: A primeira etapa – Período Preparatório, abrangia 5 aulas com 30 minutos de duração; a segunda etapa, o curso propriamente dito, com 100 aulas de 15 minutos de Língua Portuguesa, 100 de Matemática, 110 de Estudos Sociais e 110 de Ciências, além de 46 de Moral e Cívica, 43 de Informação Ocupacional e 42 de 12 minutos de Educação artística e Educação Física. A última etapa, Plano de Reforço, compreendia aulas de Língua Portuguesa e Matemática, com a duração de 30 minutos, sendo 15 para cada uma das matérias[4].

Considerando o numero de alunos um sucesso, o Projeto Minerva resolveu dar uma mãozinha para o MOBRL, instituindo um curso de treinamento de alfabetizadores pelo Rádio. A parceria fez com que o MOBRL se valesse da abrangência do Projeto Minerva que, em contrapartida, se utilizava da experiência do MOBRL no quesito alfabetização.

Em paralelo, com a estrutura dos programas de conteúdo educacional o Projeto Minerva elaborou programas culturais sobre assuntos diversos de interesse da população. Os programas foram sofrendo reformulações à medida que os anos se passavam, mas a parceria com o MOBRL foi duradoura vindo resultar no programa *Domingo MOBRL* que era transmitido, no início, por 147 emissoras com uma duração de 75 minutos.

O Projeto Minerva tinha sua estrutura montada de forma regionalizada onde equipes de profissionais atuavam sob a orientação nacional. Havia uma equipe pedagógica que determinava as diretrizes do curso e, nos estados, haviam coordenadores estaduais, supervisores municipais e monitores. A atribuição dos coordenadores nos estados era orientar os monitores na aplicação do projeto, pois esses ficavam responsáveis pelos rádiospostos, prestando assistência aos alunos que os frequentava.

Os recursos financeiros vinham do Governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Via PRONTEL – Programa Nacional de Teleducação, acrescidas de verbas do tesouro nacional. Além da exibição dos programas do rádio e da televisão eram distribuídos gratuitamente fascículos que auxiliavam os alunos com os conteúdos. A avaliação de resultados era feita através de folhetos de verificação, sobre conteúdos de língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais e Moral e Cívica.

Considerações

Neste artigo iniciamos uma discussão importante sobre o uso do rádio no ensino a distância nas décadas de 60 e 70. Desvelamos o panorama da educação no Brasil naquelas décadas, apresentamos aspectos importantes da realização concreta do Movimento de Educação de Base –MEB e do Projeto Minerva. De acordo com a estatística do IBGE (Gráfico no texto e Tabela em Anexo) a Educação progrediu durante estes períodos. Vejamos: na década de 40 a educação progrediu 5,5%, na década de 50 com as escolas

radiofônicas o crescimento da educação no Brasil foi 10,9%, na década de 60 o percentual caiu para 6%, o que era de se esperar com advento implantação da ditadura, na década de 70, ainda com a ditadura, mas com o Projeto Minerva e MOBREAL a progressão subiu para 8,5%, na década de 80 com o fim dos programas a progressão baixou para 5,4, tendo uma reação positiva na década de 90 subindo para 6,5, mas infelizmente entre os anos 2000 e 2010 despencou para sofríveis 4%. Como disse anteriormente, quando se trata de educação não podemos inferir que uma variável (uso do rádio) tenha sido o responsável pelo sucesso ou insucesso nestas progressões, pois necessitaríamos de uma pesquisa de cunho qualitativo para tanto, pois existem outros mecanismos que não foram apontados aqui a exemplo do ensino presencial. Entretanto não podemos negar a contribuição do rádio e do ensino a distância através deste veículo, posto que segundo o IBGE, os melhores índices aconteceram exatamente quando estes programas estavam no seu auge. Outra constatação é que a situação da educação no Brasil só tem piorado visto que nem com o golpe militar a progressão caiu tanto.

Penso que este texto abre várias lacunas que sugerem a pesquisa e que podem vir a ser excelentes objetos para pesquisadores no futuro. Esta é a nossa contribuição.

Referências:

BARROS, Francisca Argentina Góis. **Alfabetização de Jovens e Adultos: a experiência das escolas radiofônicas em Sergipe**.in: Revista Educar-SE. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação do Desporto e Lazer, 1996.

BELLONI, Maria Luzia. **Educação a distância**. 4ª ed. Campinas-SP: Autores associados, 2006.

CASTRO, Márcia Prado. **O Projeto Minerva e o desafio de ensinar matemática via rádio**. São Paulo, PUC-SP, 2007. (dissertação de mestrado)

CASTRO, Ruy. **Roquette-Pinto: O Homem Multidão**. Disponível em: <http://www.soarmec.com.br/roquette4.html> Acessado em 12/07/2013.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

LIMA, Maria de Fátima Monte, **Educação e segurança: análise da ideologia do Projeto Minerva**. São Carlos, UFSCar, 1980. (dissertação de mestrado)

MCLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 20ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500 - 2000**. 2ªed. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: edições Loyola, 1987.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos: teoria e história**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

SANTOS, José Carlos. **Projeto Minerva em Sergipe: vozes dos seus atores**. Aracaju, UNIT, 2004. (Monografia)

[1] Edgar Roquette-Pinto, nasceu no Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1884, filho de Manoel Menélio Pinto e Josefina Roquette Carneiro de Mendonça; faleceu no Rio de Janeiro em 28 de agosto de 1954. Foi educado pelo avô João Roquette Cardoso de Mendonça e terminou o curso de humanidades no externato Aquino, onde passou a ser professor em 1909. Formou-se em Medicina pela Universidade do Rio de Janeiro em 1905. O pouco contato com a família do pai levou-o a alterar seu nome de registro – Edgar Roquette Carneiro de Mendonça Pinto Vieira de Mello – para Edgard Roquette-Pinto, com um hífen de que não abria mão.

[2] Ruy Castro é um jornalista e escritor brasileiro. Com passagem por importantes veículos da imprensa do Rio e de São Paulo a partir de 1967, a partir de 1988 tornou-se escritor.

[3] FUNTEVE – Em 1972, o governo federal criaria a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa que, em 1981, passaria a se denominar FUNTEVE.

[4] Niskier. P. 453.